

CADA VEZ MAIS DESIGUAL?

LE MONDE
*diplom*atiqu**e** BRASIL



centro de estudos da metrópole



OXFAM
Brasil

VAMOS FALAR SOBRE DESIGUALDADE?

POR KATIA MAIA*



O tema da desigualdade é um desafio permanente para a sociedade, por sua complexidade e por permitir diferentes leituras da realidade com base no cotidiano das pessoas e das cidades. Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A reprodução social das desigualdades contribui para o aprofundamento das situações de pobreza, por isso a estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as duas pautas.

Na última reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2016, a Oxfam divulgou o relatório "Uma economia para o 1%"¹, que demonstra que o 1% mais rico da população mundial atualmente detém mais riquezas do que os 99% restante (ver *info-gráfico 1, pág. 3*). O relatório aponta também como poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o restante da população, e propõe que as lideranças mundiais assumam uma série de medidas para pôr fim à crise da desigualdade. Ou seja, a crise da desigualdade global está chegando a novos extremos.

Ao constatarmos que apenas 62 pessoas, as mais ricas do mundo, têm um patrimônio de US\$ 1,7 trilhão, o equivalente ao mesmo valor que detêm 3,6 bilhões de pessoas, a metade mais pobre da população mundial, podemos ver como a concentração dessa riqueza proporciona o potencial de influência política dessas elites na vida de todo o resto do mundo.

É necessário compreender que a desigualdade se expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas, o que afeta a maior parcela da população, e que apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza e poder. No caso do Brasil, existem especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos, sobretudo dos negros e, especialmente, das mulheres negras na sociedade.

Em 2014, de acordo com o relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a fome deixou de ser um problema estrutural no Brasil. Esse é um índice que ilustra algumas importantes mudanças ocasionadas por políticas

INFOGRÁFICO 1

 62 INDIVÍDUOS Têm a mesma riqueza que os 3,6 bilhões de indivíduos mais pobres do mundo.	 US\$ 542 MILHÕES O valor do aumento da riqueza dos 62 indivíduos mais ricos desde 2010.	 US\$ 1 TRILHÃO A queda na riqueza dos 3,6 bilhões de pessoas mais pobres desde 2010.
 1% Desde 2000, a metade da população mais pobre do mundo vem recebendo somente 1% do aumento da riqueza global.	 50% O montante do aumento da riqueza global desde 2000 recebido pelo 1%.	 \$ 3 O aumento no rendimento médio anual dos 10% mais pobres no mundo.

sociais direcionadas para a superação da pobreza extrema. No entanto, os dados se mostram por vezes contraditórios, pois o Brasil é o 14º país mais desigual do mundo² no quesito distribuição de renda e combina as características de nona economia mundial³ com problemas não resolvidos nas cidades no tocante a renda, moradia digna, mobilidade, segurança etc. Em outras palavras, apesar dos avanços recentes da luta contra a pobreza, com programas sociais e de transferência de renda, e da conquista de instrumentos jurídicos como o Estatuto da Cidade, o Brasil continua a ser um dos países mais desiguais do mundo.

A marca da desigualdade brasileira se faz presente em diferentes aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, porém é nas periferias, favelas e bairros populares distantes dos centros que ela se desenha com profunda nitidez. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, cerca de 84,35% da população brasileira vive em áreas urbanas, estando apenas 15,65% em áreas rurais. Esses números mostram o quanto a discussão sobre as cidades é central para o debate sobre desigualdade e pobreza no país. A parcela que consegue usufruir dos serviços e da qualidade de vida em uma cidade como São Paulo, por exemplo, ainda é pequena.⁴ O próprio direito de ir e vir não está plenamente assegurado para parte da população, o que se agrava quando consideradas as regiões de maior vulnerabilidade à violência. Esse problema afeta de

forma preponderante a juventude, sobretudo a negra, que tem sofrido um verdadeiro genocídio, com estatísticas de assassinatos que equivalem a um estado de guerra.⁵

Fazendo uma analogia à problemática da fome, apontada por Josué de Castro⁶ como um dos principais desafios do país na década de 1940, podemos dizer que, no atual momento, nos deparamos com a geografia da desigualdade. A própria condição humana passou a ser territorializada, no que poderíamos chamar de territórios da desigualdade, que caracterizam de que forma seu direito à cidade será ou não exercido. Isso significa que a posição social é também espacial.

A desigualdade não é natural, ela é uma construção social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por meio da cidadania ativa, buscando a garantia da justiça de gênero, da igualdade racial, dos direitos humanos e o aprofundamento da democracia.

Enfrentar a desigualdade, em escala global e nacional, é o mais importante desafio da humanidade no século XXI. Os principais problemas sociais e ambientais de hoje, incluindo as mudanças climáticas, estão ligados à desigualdade. É possível reduzir e vencer a desigualdade, mas para tanto é fundamental fortalecer a participação social e a mobilização para incidência em políticas públicas.

O presente encarte foi elaborado numa parceria entre o *Le Monde Diplomatique Brasil*, a Oxfam Brasil e o Centro de Estudos da Metrópole e visa contribuir para o debate sobre o aspecto multidimensional da desigualdade, considerando os enfoques de renda, educação, raça, gênero, urbanismo e segurança pública. Esperamos que o material possa servir para abrir novas frentes de diálogo e fortalecer estratégias de mobilização da sociedade civil. ●

*KATIA MAIA É DIRETORA EXECUTIVA DA OXFAM BRASIL.

1 Disponível em: <www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016>.

2 Human Development Report, UNDP, 2013.

3 Relatório World Economic Outlook (Panorama Econômico Global), FMI, 2015.

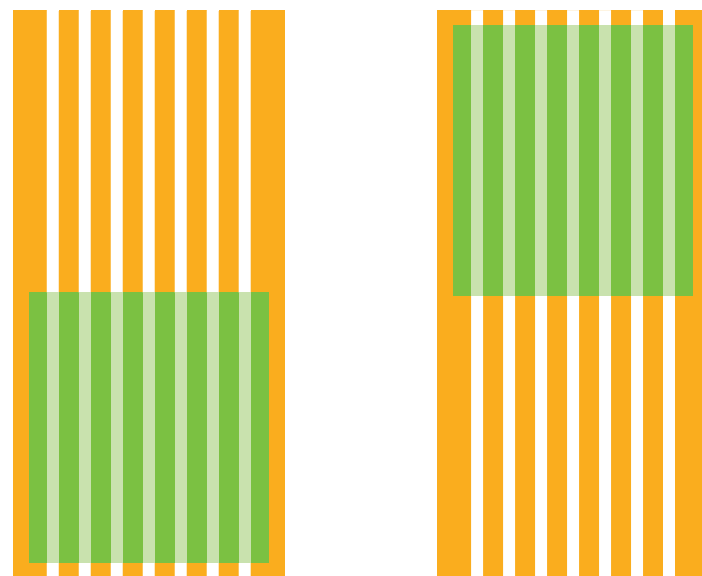
4 Disponível em: <www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Quadro_da_Desigualdade_em_SP.pdf>.

5 Anistia Internacional Brasil, "Queremos ver os jovens negros vivos – Infográficos". Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=u747pzzJLf0>.

6 Josué de Castro, *Geografia da fome: a fome no Brasil*, O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1946.

A METADE CHEIA OU A METADE VAZIA DO COPO?

POR MARTA ARRETCHE*



De campeão mundial da desigualdade a *show case* de sua redução, o Brasil voltou a atrair preocupações por causa da prolongada crise política e econômica que atravessa. Essas crises ainda têm desenlace imprevisível, mas podemos olhar para o passado e discutir a sustentabilidade de nossas conquistas sociais.

Há muitas maneiras de observar a desigualdade. Nossas respostas dependem crucialmente da métrica que adotamos.

Pela métrica popularizada por Thomas Piketty – o percentual da renda total apropriada pelo 1% mais rico –, no Brasil os mais ricos preservam cerca de um quarto da renda total. Além disso, pagam em média apenas 1,8% de imposto sobre sua renda. Por essa métrica, o Brasil enfrenta o mesmo problema de aumento da concentração da renda verificado em nível mundial. Logo, há razões para esperar que a recessão econômica, o desemprego e as elevadas taxas de juros levarão ao aumento da desigualdade de renda a curto prazo.

Por outro lado, penso que a métrica do 1% não é a *única* adequada para medir distâncias sociais. A desigualdade no Brasil não é resultado *apenas* do fosso entre o 1% mais rico e os demais 99%, mas resulta *também* das distâncias *entre* os demais 99%.

Para melhor compreender essa métrica adicional, precisamos re-clarificar a história da desigualdade. Em 1985, quando a democracia foi reinstaurada, a desigualdade também resultava de uma grande divisão entre *insiders* e *outsiders*. A legislação trabalhista protegia apenas os trabalhadores do mercado formal. Estima-se que apenas 40% dos trabalhadores estavam nessa condição. O vínculo trabalhista era requisito para aposentadorias e serviços de saúde. Estavam excluídos da proteção trabalhista e do direito à aposentadoria cerca de 60% dos trabalhadores, que acumulavam a desvantagem de bai-

xíssima escolaridade e ocupações precárias. Esses *outsiders* contribuíam para financiar os benefícios dos *insiders*. Sob o modelo de substituição de importações, em uma economia fechada, os custos da proteção social dos *insiders* eram transferidos para os preços dos produtos e, portanto, pagos por todos os consumidores.

A oferta abundante de trabalhadores baixamente qualificados gerou fortes incentivos para um modelo de industrialização de baixa intensidade tecnológica, com consequente reduzido interesse na escolarização da população. Por meio da acumulação de desvantagens, a renda familiar tinha um grande efeito sobre o acesso à educação e às condições de moradia. Em 1980, apenas metade daqueles com 12 a 15 anos tinha quatro anos de estudo; entre os jovens com 16 a 18 anos, cerca de 20% tinha oito anos de estudo.

O mapa (*ver nesta página*) foi construído com base em um indicador sintético, que combina dados sobre a taxa de população não pobre e o percentual de domicílios ligados à energia elétrica e redes de água e esgoto, nos Censos brasileiros. O mapa mostra que, na década de 1970, o Brasil apresentava relativa igualdade na pobreza, pois, à exceção das áreas mais industrializadas da região Sudeste, a pobreza de renda e de serviços era generalizada. A industrialização, no regime militar, produziu crescimento econômico e expansão dos serviços, ao preço de uma grande divisão entre regiões ricas (Sul e Sudeste) e pobres (Norte e Nordeste), expressão territorial da concentração espacial dos excluídos. Atenuada em 2000, em 2010 apresentava uma configuração inteiramente distinta daquela obtida vinte anos antes.

Essa trajetória não é explicada por um único fator isolado. Resulta de uma combinação de mudanças demográficas, forças de mercado e políticas de inclusão dos (antigos) *outsiders*.

A mudança no comportamento reprodutivo das mulheres mais pobres, com consequente queda nas taxas de fertilidade, estancou a fonte demográfica da abundante oferta de jovens pobres no mercado de trabalho. Paralelamente, a expansão da escolaridade reduziu a influência da origem social sobre a escolarização. É altamente improvável que essas mudanças sejam revertidas. Logo, um dos pilares da desigualdade no Brasil – a oferta abundante de mão de obra baixamente qualificada – já não se comporta como no passado, favorecendo a compressão dos salários no mercado de trabalho.

Além disso, um conjunto de políticas viabilizou a inclusão dos (antigos) *outsiders*. A constitucionalização de aposentadorias não contributivas vinculadas ao salário mínimo e sua valorização em termos reais, bem como dos sistemas universais e gratuitos de saúde e educação, produzem um colchão de proteção para os mais pobres.

Essa constitucionalização foi resultado de um grande consenso, ainda na transição para a democracia, de que esta não seria sustentável sem políticas de inclusão. A politização da extrema pobreza e da desigualdade, vocalizada por grupos progressistas, inscreveu o tema na agenda política.

É possível que esse consenso esteja em processo de erosão, dada a crescente mobilização política dos grupos conservadores. Por outro lado, a participação eleitoral varia em torno de 80%. Logo, a probabilidade de que os mais pobres votem é bastante alta. Os beneficiários das pensões e benefícios indexados ao salário mínimo e dos sistemas universais de saúde e educação representam um grande número de eleitores. Podem ser decisivos em uma eleição majoritária.

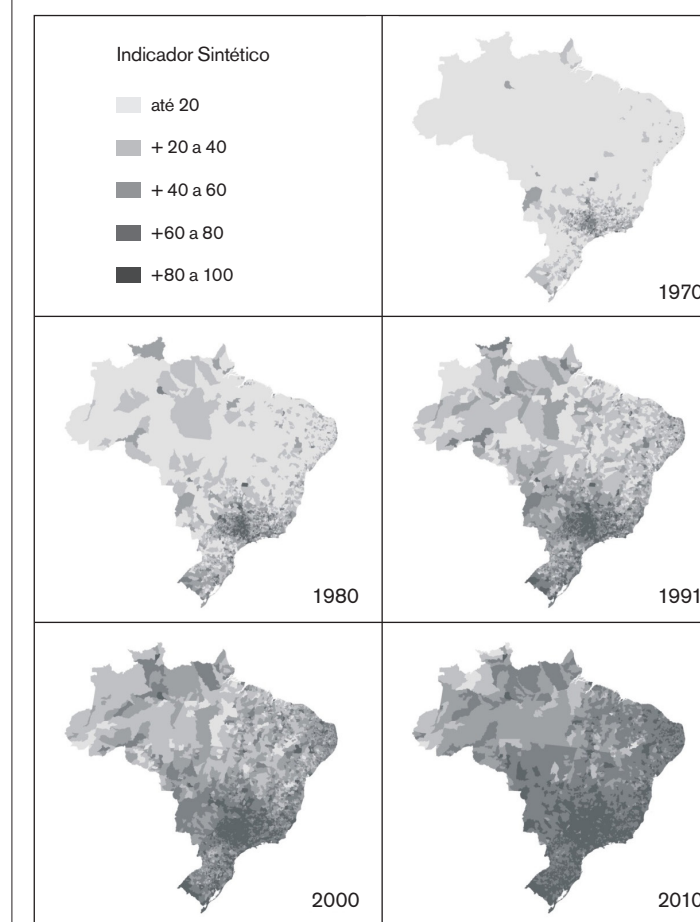
Dada a concentração da renda, a base eleitoral dos partidos conservadores não pode se restringir aos empregadores e à classe média. Sua orientação programática é contrária à legislação trabalhista e previdenciária. Por outro lado, dado o tamanho limitado do setor industrial urbano, os partidos de esquerda não podem mobilizar apenas os trabalhadores mais qualificados, sindicalizados e com poder de barganha no mercado de trabalho. Nessas condições, partidos conservadores e de esquerda tendem a convergir para atender às demandas dos eleitores da base da pirâmide social. Por isso, matérias referentes ao valor real do salário mínimo, bem como educação e saúde, são aprovadas pela maioria dos partidos, não raro por unanimidade.

Não sabemos se o sistema partidário atual e a estrutura da competição política sobreviverão ao tsunami político atual, mas é certo que esse contingente eleitoral e suas preferências não desaparecerão. Não existe espaço vazio na competição política. Está, entretanto, em aberto quais partidos políticos representarão esses interesses no futuro.

Sinais mais preocupantes derivam do comportamento das forças de mercado. O *boom* das *commodities* e as baixas taxas internacionais de juros foram uma forte alavanca do crescimento econômico no passado. A demanda por empregos aumentou o poder de barganha dos trabalhadores, favorecendo ganhos salariais e a expansão das receitas governamentais, sem que políticas impopulares de taxaço fossem necessárias. Essas condições não estão mais presentes, contudo. Assim, aumentam as demandas sociais e caem as receitas governamentais, elevando a temperatura dos conflitos redistributivos.

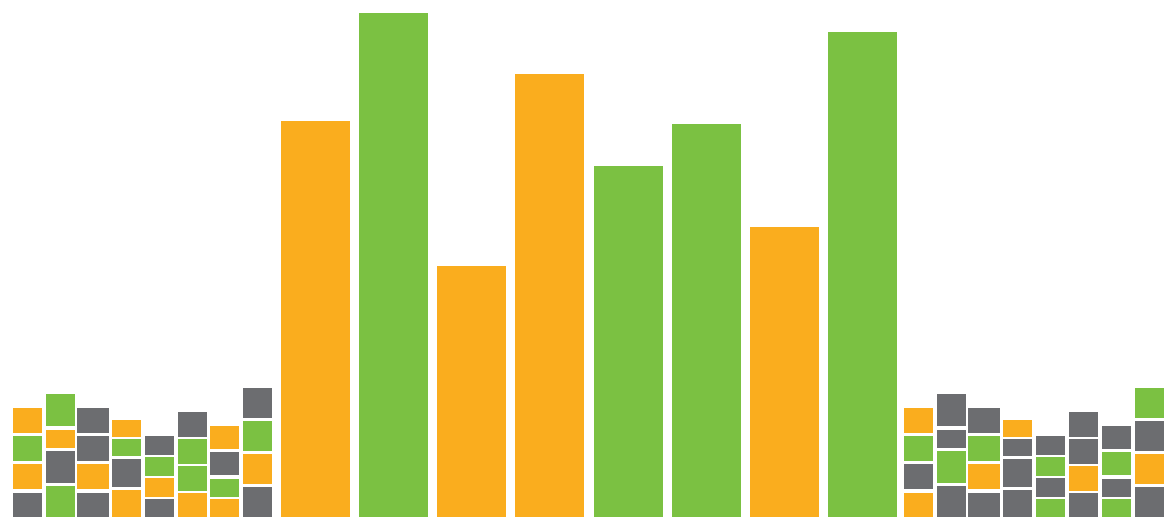
Cada um desses fatores tem uma trajetória independente. Logo, não se combinarão do mesmo modo no futuro. Não há, porém, como voltar ao passado distante. ●

*MARTA ARRETCHE É PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA USP E DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE.



DESIGUALDADES URBANAS

POR EDUARDO MARQUES*



Os desafios associados à construção de boas condições urbanas e de vida nas últimas décadas no país têm sido enormes, não apenas pelo baixo desenvolvimento econômico, pela presença de precariedade e pobreza e pelas grandes diferenças regionais, mas também pela velocidade das transformações ocorridas – a população urbana passou de 13 milhões de pessoas em 1940 para 31 milhões em 1960, 80 milhões em 1980 e 160 milhões em 2010.

O balanço desses processos deve ser realizado com cuidado, afastando tanto narrativas excessivamente otimistas quanto retratos catastrofistas. O saldo varia substancialmente dependendo do assunto considerado, da escala de cidade e da região do país. Essa heterogeneidade se associa à baixa presença federal nas políticas públicas que incidem diretamente sobre as cidades, diferentemente das políticas sociais, onde a regulação federal tem criado maior homogeneidade. Apesar do inegável avanço dos últimos anos, restam grandes desafios de produção de capacidades estatais em nível local, de financiamento (em vários níveis) e de regulação da terra urbana e dos serviços contratados ou concedidos a empresas privadas. Esse quadro geral, entretanto, varia muito segundo os elementos, políticas e dimensões considerados.

Uma primeira dimensão geral diz respeito à população de nossas cidades. Na maior parte dos casos, nossas cidades têm crescido a

taxas cada vez menores desde os anos 1980, alcançando níveis bastante reduzidos nos últimos anos. Isso foi o resultado de uma combinação de fatores. Por um lado, ocorreu uma substancial redução da migração campo-cidade e entre regiões, assim como das taxas de fecundidade. Seguindo de perto dinâmicas internacionais, a população urbana brasileira também tem se tornado mais idosa relativamente e mais escolarizada. Note-se que o grau de urbanização brasileiro chegou a 84% e, embora talvez nem toda essa proporção tenha características verdadeiramente urbanas, não há dúvida de que somos um país com elevado grau de urbanização. A rede urbana brasileira, além disso, é caracterizada por muitas cidades muito grandes – treze regiões metropolitanas em 2010 tinham população superior a 2 milhões de habitantes, mas com primazia urbana baixa, diferentemente do restante da América Latina. Nossa maior cidade, São Paulo, não é a capital e tem pouco menos do que 13% da população urbana. Somos, portanto, um país predominantemente urbano com muitas cidades muito grandes.

As condições de vida nessas cidades dependem fundamentalmente da provisão de serviços públicos básicos. As coberturas desses serviços têm crescimento nas últimas décadas e as coberturas de serviços básicos como abastecimento de água, coleta de lixo e energia elétrica caminham para a universalização, embora ainda restem desigualdades regionais e para os grupos mais pobres. Os ser-

viços de esgotamento sanitário também têm se expandido, mas ainda em patamares muito mais baixos de cobertura. É necessário acrescentar a persistência de importantes desigualdades de qualidade do serviço prestado, sobretudo para grupos de menor renda e em cidades mais pobres e das regiões Norte e Nordeste.

A última década também trouxe importantes reduções da pobreza e da desigualdade de renda nas cidades. Nos dois últimos anos esses níveis se estabilizaram e muito provavelmente tenderão a subir nos próximos anos com a atual crise econômica. A intensidade desse crescimento depende da duração e da severidade da crise, assim como das políticas de governo que possam suavizá-la. A deterioração fiscal recente, entretanto, não permite muito otimismo nessa direção.

A precariedade habitacional, outra característica marcante de nossas cidades, tem tendido à estabilização nas últimas décadas. Os dados existentes sugerem que, apesar da grande heterogeneidade da situação entre tipos e escalas de cidades, a presença de precariedade se manteve ou se reduziu levemente, assim como se elevou o acesso a serviços, mesmo nessas áreas e entre os grupos mais pobres.

Uma das dimensões centrais para as desigualdades urbanas é o desenvolvimento de políticas nacionais para habitação, serviços urbanos e planejamento. A partir de 2003, as políticas do Ministério das Cidades representaram passos importantes (mas não suficientes) para a recomposição da presença federal no setor. Verificaram-se avanços na institucionalização das políticas urbanas no Brasil, com a constituição de fundos de financiamento da provisão habitacional de interesse social, conselhos e conferências participativos, planos setoriais para habitação, saneamento e resíduos sólidos, e programas de incentivo à promoção local de planos diretores participativos, regularização fundiária e planos locais de habitação. Esse sistema em construção, entretanto, não chegou a ser alimentado por recursos vultosos. Estes só chegaram a partir de 2009 e orientados para intervenções formatadas com outra lógica, de fomento à demanda (o programa Minha Casa Minha Vida), embora o PAC tenha realizado intervenções importantes de urbanização em muitas cidades. As feições do Minha Casa Minha Vida têm gerado resultados contraditórios. Por um lado, após quase três décadas de inação, ocorreram volumes muito expressivos de produção – 2,5 milhões de unidades habitacionais, aproximadamente, com uma parte substancial orientada para faixas de renda baixas e muito baixas que nunca tinham sido objeto de programas maciços. Por outro lado, entretanto, o programa pouco ou nada fez para reduzir a segregação socioespacial em nossas cidades. Em muitos casos, tendeu inclusive a aumen-

tá-la, embora esse resultado seja menos disseminado do que sugerem alguns estudos.

No caso dos transportes e das políticas de mobilidade, continuam a imperar baixa presença federal e grandes dificuldades dos governos locais de promover políticas de transporte público. O setor apresenta dois desafios não necessariamente coincidentes: regular os promotores dos serviços privados, o que encontra resistência nos fortes lobbies locais de empresários; e promover o transporte público, o que encontra resistência na parcela da população que utiliza transporte individual. Esse segundo desafio é ainda maior diante da expansão da posse de automóveis verificada na última década como produto do aumento da renda e das políticas federais de promoção da indústria automobilística.

Uma dimensão marcada pela ausência é a integração governamental em áreas metropolitanas. Inexiste no Brasil uma solução para a integração dos serviços prestados por vários entes em áreas conurbadas, exceto pelas empresas de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, eletricidade, telefonia, licenciamento ambiental, entre outras. Embora a necessidade de integração varie de política a política, há diversas áreas com grande interdependência em que a necessidade de políticas integradas é óbvia, como transportes, uso do solo, planejamento e meio ambiente. Na verdade, considerando a compartimentalização de agências e políticas, em muitos casos a integração de políticas também é um problema para as políticas produzidas pelo mesmo nível de governo.

Um último elemento a destacar diz respeito à alta segregação residencial em nossas cidades, entendida como a separação espacial das áreas residenciais de diferentes grupos sociais. A segregação é talvez a dimensão mais estável e resiliente de nossas cidades, em especial nas grandes cidades. Sua permanência diz respeito à quase completa inexistência de políticas locais de regulação da terra urbana, pelo elevado custo político dessas políticas. Isso se deve, de um lado, à imbricação das elites políticas locais brasileiras com os interesses da terra e, de outro, ao caráter disseminado da propriedade privada da habitação (mesmo que por muitas vezes irregular), tornando quase todos os moradores das cidades potenciais atingidos pela regulação do solo urbano. A realização dessas políticas, entretanto, é condição necessária para a construção de cidades mais justas, cívicas, funcionais e agradáveis de viver. ●

*EDUARDO MARQUES É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA USP E EX-DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE.

SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PARADIGMA EQUIVOCADO

POR GABRIEL DE SANTIS FELTRAN*



Se a desigualdade tem múltiplas dimensões – renda e propriedade, relações raciais e de gênero, território, acesso e qualidade da educação, serviços de saúde e políticas sociais, entre outras –, o debate específico tem considerado pouco as implicações da *segurança pública* na conformação atual de nossa ordem desigual. Geralmente, a violência é vista como subproduto da pobreza, mesmo que esse argumento seja refutado com energia pelos estudos especializados: Michel Misse considera essa a primeira das “cinco teses equivocadas sobre a violência urbana no Brasil”. O Brasil, inclusive, já foi muito mais pobre e muito menos violento.

Ao contrário do que se poderia intuir, sabemos que as taxas de crescimento da criminalidade violenta têm acompanhado, no Brasil, o crescimento da economia e dos mercados de consumo: a maior capacidade de consumir bens e serviços estimula tanto atividades le-

gais quanto ilegais da economia. Ambas já estão bastante consolidadas no país. Com mais dinheiro no bolso, as pessoas compram mais casas, carros e celulares, mas também mais drogas e armas, já que estas também estão disponíveis. Ademais, onde há mais dinheiro circulante – como nas metrópoles e nas fronteiras de expansão do agronegócio –, há mais criminalidade violenta. Mas como melhorar o problema? Seguramente, não no caminho que temos trilhado nas últimas décadas. O paradigma das “políticas de segurança pública” no país tem, na verdade, produzido mais criminalidade violenta.

O Brasil apresentou, nas últimas duas décadas, dois modelos de enfrentamento da “violência urbana” com pretensão de generalização para outros estados. Desde meados dos anos 1990, São Paulo apostou no modelo de *encarceramento e ampliação das polícias*. O Rio de Janeiro apostou na *ocupação militar de territórios* de favelas por Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. Ambos gozaram de

muita publicidade e sensação de sucesso nos primeiros anos, mas com o tempo demonstraram-se tanto ineficazes para minimizar a criminalidade violenta como fomentadores de suas dinâmicas. O problema central é o mesmo: considera-se que a origem do crime é o comportamento dos mais pobres – não os mercados que os empregam – e, daí, reprimem-se seus operadores de base, seus trabalhadores braçais. Cadeias de São Paulo e morros cariocas ocupados por UPPs têm, por isso, a mesma composição social e racial. Concentro-me a seguir no *modelo de encarceramento*.

Quando se encarcera o operador baixo sem mexer nas economias ilegais que o empregam, ele apenas cede seu posto de trabalho para outro. Um “traficante” preso implica um novo “traficante” na esquina em seu lugar, no dia seguinte, somado a um ex-presidiário daqui a pouco. Daí a inflação dos números de presidiários – São Paulo os multiplicou por cinco em vinte anos – sem efeito de redução da criminalidade.

O *encarceramento*, porém, evitaria a “impunidade”, argumentam. As cadeias retirariam criminosos do convívio social, os isolariam; a punição os desestimularia a seguir essa carreira. Muitos pensam assim. Os estudos sobre as prisões ao redor do mundo indicam, ao contrário, que onde se ampliou muito o encarceramento não apenas não se reduziram as taxas de criminalidade, mas também, como efeito colateral, produziu-se maior coletivização e pervasividade social do “crime”. Estudos da Universidade de Chicago, como os nossos, argumentam que as cadeias funcionam para aprofundar carreiras criminais, na medida em que se coletivizam e profissionalizam as redes de ações ilegais. Por mais modernas que sejam, sabe-se há muito que o dinheiro, em todas as partes do mundo, compra a possibilidade de comunicação intensa entre quem está dentro e quem está fora das grades. E há muito dinheiro nos mercados criminais. As prisões se tornam conectores, mais do que espaços de isolamento ou recuperação. Em São Paulo, apesar disso, a toada é a mesma há vinte anos. Produziu-se, até aqui, um exército de mais de 220 mil encarcerados e 1 milhão de ex-presidiários, números que não param de crescer. Sem contar os internos em comunidades terapêuticas, em clínicas e albergues. Sem contar também as unidades de internação de adolescentes: em São Paulo, eram 2 mil internos em 2005; hoje são mais de 10 mil.

Além disso, o modelo prevê que a polícia na rua nos daria segurança. Ampliou-se o orçamento e as condições de atuação das polícias. Carros novos, helicópteros, câmeras incrivelmente precisas, ampliação dos quadros, formações, inteligência. Só a Polícia Militar de

São Paulo tem mais de 130 mil homens. A Polícia Civil tem mais de 30 mil. Para que se tenha uma ideia do que isso significa, a Polícia Federal tem cerca de 10 mil. O resultado é uma corporação caríssima para os cofres públicos e incontrolável pelo próprio governo do estado: uma corporação progressivamente autônoma. A sensação de estar vigiado agora é de todos, mas os números do encarceramento e da letalidade policial – que subiram *muito* nos últimos anos – são muito desigualmente distribuídos. Mortos e encarcerados têm cor, idade e território de morar específicos: são pretos, pobres, jovens, moradores de periferias. Essa repressão desigual não produz redução das taxas de criminalidade, mas efeitos de polarização social – a polícia é muitíssimo malvista pela maioria pobre da população, que a tem como inimiga, não sem razão. Contudo, tampouco é apreciada pelas classes abastadas, que veem sua sensação de insegurança cotidiana aumentar.

Essa política de punição de pobres gerou o Primeiro Comando da Capital (PCC), que nasceu e cresceu nas cadeias para, em seguida, expandir-se pelas periferias da cidade. Daí para outros estados da federação, regulando mercados como os de drogas e armas, carros e cargas roubados, entre outros, e instalando-se sobretudo em regiões – como portos e fronteiras – nas quais a circulação ilegal de bens se beneficia de intensa lucratividade. Argumento há alguns anos, junto a uma série extensa de pesquisadores do tema, que o *modelo de encarceramento* ofereceu todas as condições fundamentais para a expansão do PCC no estado. E que a facção, instrumentalizando esse modelo para crescer, foi a principal responsável pela redução drástica dos homicídios de jovens negros inscritos no “crime” em São Paulo durante os anos 2000, época em que todas as outras taxas de criminalidade cresceram no estado (inclusive latrocínios e homicídios policiais).

Não há soluções mágicas para o problema da criminalidade violenta no país. Ela se nutre da desigualdade e da intensa lucratividade dos mercados ilegais, que, por sua vez, também fomentam a economia legal. As pesquisas recentes demonstram com clareza, entretanto, que o paradigma de punição dos pobres, em São Paulo, no Rio, no Brasil e fora dele, só tem agravado o quadro de “violência urbana”. Proteção social contra a desigualdade e regulação pública dos mercados ilegais são as melhores políticas de segurança pública. ●

*GABRIEL DE SANTIS FELTRAN É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UFSCAR E COORDENADOR CIENTÍFICO DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE.



DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

POR MÁRCIA LIMA*

O tema das desigualdades raciais abarca fenômenos sociais de diferentes dimensões que, embora estejam relacionadas, constituem esferas distintas de observação: acesso à educação em seus diferentes níveis, progresso escolar, rendimentos, emprego e local de moradia são algumas das possibilidades de observá-las considerando apenas as dimensões de cunho socioeconômico.

Nos últimos quinze anos, o Brasil passou por transformações importantes que reformularam a agenda de estudos sobre as desigualdades raciais. Tais transformações estão associadas a mudanças de caráter estrutural e a formas de enfrentamento das desigualdades raciais por meio de políticas de inclusão social.

Em relação às mudanças estruturais, destacam-se as de caráter demográfico, como a queda contínua da fecundidade, inclusive entre os mais pobres, novos arranjos familiares e alterações no padrão da população em idade ativa. Já no campo econômico, a primeira década deste século foi marcada pelo crescimento econômico e seus

efeitos significativos no mercado de trabalho, como o aumento da formalização e da contribuição previdenciária, a valorização do salário mínimo e a elevação da escolaridade da força de trabalho. Todos esses aspectos contribuíram para uma mudança no cenário da desigualdade racial.

No caso das políticas de inclusão, embora seus efeitos sejam reforçados pelas mudanças estruturais citadas anteriormente, sua ampliação e reformulação foram extremamente importantes para a diminuição do número de pessoas em situação de pobreza, assim como a ampliação do acesso dos mais pobres a oportunidades antes restritas à parcela mais rica da sociedade. No que concerne à diminuição da pobreza, as políticas de transferência de renda foram fundamentais. Mesmo que não exista nenhuma condicionalidade ou critério de cunho étnico-racial, uma expressiva porcentagem dos beneficiários é de negros. Ou seja, na base da pirâmide social, políticas sociais sem recorte racial foram eficazes para melhorar a situação da população negra.

No que diz respeito ao acesso às oportunidades de inserção nos estratos médio e alto da sociedade, tais mudanças foram representadas pela ampliação do acesso da população negra ao ensino médio e superior, e neste último nível de ensino a inclusão deveu-se às políticas de ações afirmativas de recorte social e racial e à expansão do próprio sistema de ensino superior. De acordo com os dados censitários, em 2000 a proporção de estudantes de 15 a 17 anos pretos e pardos que frequentavam o ensino médio era, respectivamente, de 28,3% e 31%; em 2010, esses percentuais passaram a 49,7% e 53,7%. No caso do ensino superior, o crescimento também foi muito expressivo: se em 2000 apenas 6,3% e 8,4% dos estudantes negros entre 18 a 24 anos frequentavam esse nível de ensino, em 2010 esses percentuais passaram a 30,4% e 27,8%, respectivamente. Ou seja, em dez anos quadruplicou a participação da população negra nesse nível de ensino. Porém, os dados também revelam que, embora tenha ocorrido uma queda significativa das desigualdades raciais, elas ainda persistem: a participação dos brancos nesses níveis de ensino era de 68,1% no caso do ensino médio e 60,7% no ensino superior.¹ Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na Pnad-2007, realizou projeções para a diminuição da desigualdade racial e apontou que seria necessário manter o mesmo ritmo de queda durante ao menos quarenta anos para que se consolidasse uma sociedade racialmente mais igualitária.²

No que diz respeito ao mercado de trabalho, houve um crescimento expressivo da participação dos negros com nível superior. Entretanto, quando se analisam os retornos do investimento em educação superior (considerando os rendimentos do trabalho), observa-se novamente que o aumento da escolaridade foi importante, mas não decisivo, para diminuir a desigualdade racial. Observando a inserção de brancos e negros com nível superior, notam-se diferenças nos estratos ocupacionais, com menor participação dos negros nos estratos mais altos, e entre os que possuem qualificações e inserções semelhantes, há distorções salariais.

Esses dados vão ao encontro da literatura sobre desigualdade racial, que demonstra a existência de uma forte rigidez social no Brasil, independentemente de raça/cor. Ou seja, classe importa. Contudo, a rigidez social torna-se uma rigidez racial nas tentativas de aquisição ou manutenção de alto status, na menor chance de mobilidade, na maior desigualdade salarial entre os mais escolarizados, isto é, na competição social por espaços e posições de prestígio. Raça, portanto, é um critério que configura a estratificação, principalmente no

acesso aos níveis mais altos de ensino, em processos de mobilidade social e nos retornos dos investimentos educacionais.

Podemos afirmar, então, que há um processo de redução das desigualdades raciais no Brasil do ponto de vista redistributivo. Porém, deve-se enfatizar a importância das políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades sociais e raciais nesse processo. Os dados apontam que só houve uma efetiva diminuição das desigualdades raciais nos períodos em que o Estado brasileiro definiu políticas de inclusão, embora ainda seja necessário produzir evidências empíricas mais explícitas que relacionem esses fenômenos.

A sobreposição raça e classe é uma característica da desigualdade brasileira. Entretanto, políticas de cunho universalista não foram suficientes para combater as desigualdades raciais, mesmo com a sobre-representação dos negros na população em situação de pobreza. Vale lembrar que ainda não foram esgotadas as soluções de cunho social/universal, como a oferta de boa escola pública em especial nas regiões mais pobres. Mas a histórica indiferença da sociedade e do Estado brasileiros em relação à pobreza relaciona-se também com o fato de esse grupo ser majoritariamente negro. Nesse sentido, as ações afirmativas de acesso ao ensino superior são importantes porque tocam no espaço de privilégio da classe média e dos ricos, no qual prevalece a presença da população branca.

Por fim, há um último aspecto importante acerca da desigualdade racial: aquele que não envolve diretamente desigualdades de bens e recursos. Há outras possibilidades de observar as desigualdades raciais: por exemplo, a violência racial, em especial a brutalidade policial com os jovens negros, fortemente pautada nos estereótipos raciais do negro como criminoso em potencial, e ainda os estereótipos em torno das mulheres negras, que oscilam entre o confinamento no serviço doméstico e sua sexualização em torno da figura da "mulata". Em síntese, o tema da desigualdade racial nos obriga a pensar sobre suas múltiplas dimensões, assim como sobre os efeitos do racismo em sua produção e reprodução. ●

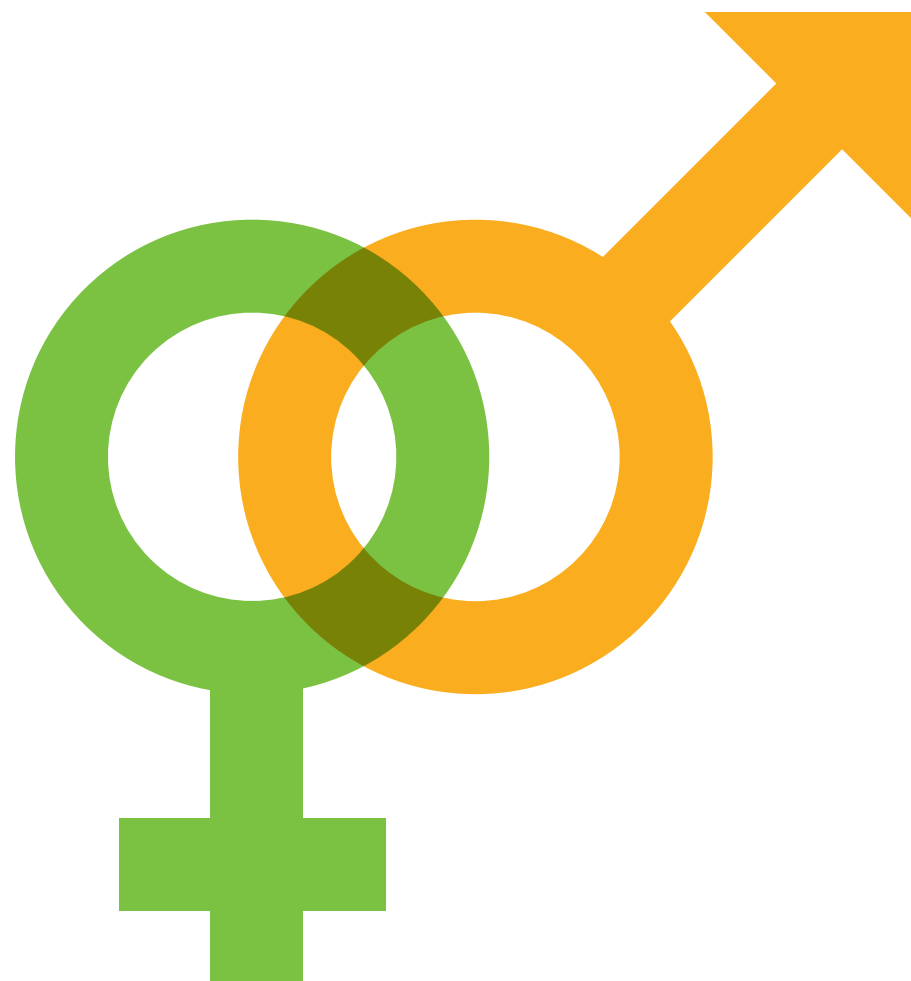
*MÁRCIA LIMA É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA USP E PESQUISADORA DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE.

1 Márcia Lima e Ian Prates, "Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente". In: Marta Arretche (org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, Editora Unesp e Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, 2015.

2 Ipea, "Pnad-2007: primeiras análises", *Comunicados da Presidência*, n.12, Brasília, 2008.

EQUIDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UMA REVOLUÇÃO INACABADA?

POR MARIA COLETA OLIVEIRA,
JOICE MELO VIEIRA E
GLAUCIA MARCONDES*



Ao longo do século XX, as mulheres brasileiras acumularam importantes conquistas na vida pública e privada: conquistaram o direito ao voto; deixaram de depender da autorização do pai ou do marido para trabalhar; ocuparam espaço nas instituições de ensino em todos os níveis; enfrentaram os preconceitos e as dificuldades decorrentes de um casamento desfeito; contraceptivos eficazes ampliaram suas possibilidades de decidir quando e quantos filhos ter. Se o protagonismo das mulheres é visivelmente crescente, as responsabilidades que recaem sobre elas igualmente se multiplicam.

No âmbito privado, a maioria absoluta da população brasileira já não vive em domicílios com famílias formadas por casal com filhos. Dados censitários revelam que, em 1970, cerca de 67% da população vivia nesse tipo de arranjo domiciliar, caindo para 48,3% em 2010. Os arranjos monoparentais, em grande medida originados de rupturas conjugais e encabeçados por mulheres, aumentaram sua

presença. O último Censo revelou que mais de um terço dos domicílios tinha mulheres como responsáveis, com ou sem cônjuge, com ou sem filhos. O crescimento da expectativa de vida, o aumento das separações conjugais e a ampliação dos planos femininos para além do casamento e da maternidade ajudam a explicar essa nova realidade.

Nova realidade que não diz respeito apenas à forma, mas também à dinâmica interna das famílias. O ideal do pai-provedor/mãe-dona de casa é superado especialmente em razão de um estilo de vida fundado no consumo que, para ser atingido, depende cada vez mais dos rendimentos de ao menos dois adultos. O modelo familiar de dupla renda se dissemina com crescente reconhecimento da importância das mulheres como provedoras. No início dos anos 2000, apenas 4,6% dos domicílios compostos por casal com filhos tinham mulheres como provedoras principais. Em 2012, eram 19,4%. Dois fatores combinados contribuem para esse fenômeno: a maior escolarização feminina e a ampliação da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A universalização do ensino fundamental ampliou o acesso à educação. No entanto, nos níveis médio e superior a balança pende em favor das mulheres. Não só as matrículas femininas predominam, como também elas são maioria dos egressos. Já em 2008 as mulheres representavam mais da metade dos estudantes universitários (55%). Nesse mesmo ano, 60% dos concluintes eram do sexo feminino. Em certa medida, esse diferencial ainda se deve à acentuada evasão escolar entre homens adolescentes e jovens. A inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, em detrimento da educação formal, seguem como os pilares indissociáveis das expectativas sociais em torno do processo de “fazer-se homem”. Entretanto, acumulam-se evidências que apontam ser o ingresso precoce na vida laboral, sem o investimento na formação escolar, o responsável por uma trajetória mais instável e com menores salários.

A despeito dos significativos ganhos educacionais femininos, a desigualdade de gênero é ainda marcante quando cotejados os níveis salariais e de ocupação segundo a escolaridade. Em parte, a explicação reside no fato de as mulheres estarem relativamente concentradas em áreas do conhecimento e ramos de atividade pouco valorizados. Constituem ampla maioria nas áreas das humanidades e minoria nas exatas e engenharias.

Essa especialização por sexo reflete-se na estrutura do mercado de trabalho. É visível a concentração feminina em atividades econômicas associadas ao universo da reprodução social – educação, saúde e serviços – mais do que à criação e inovação tecnológicas, atividades mais bem remuneradas. Dois possíveis caminhos têm sido apontados para diminuir as discrepâncias ocupacionais e salariais entre os sexos: um sugere maiores incentivos à inserção de mulheres em carreiras hoje predominantemente masculinas; outro propõe a adoção de políticas de valorização salarial das áreas de atuação tipicamente femininas. Embora não mutuamente excludentes, as políticas de promoção da igualdade de gênero tendem a privilegiar o primeiro, que, como efeito perverso, pode acentuar desafios futuros relativos ao provimento de cuidados para uma população que envelhece e tenderá a requerer profissionais exatamente em áreas de pouco reconhecimento e valorização no mercado.

Os indicadores sobre participação feminina no mercado de trabalho são bem ilustrativos. Entre os trabalhadores de 10 anos e mais de idade, as mulheres representam aproximadamente 44% do total da força de trabalho. Em 2012, segundo dados da Pnad, as mulheres com diploma universitário apresentavam taxa de atividade de 80%, enquanto a população feminina total atingia apenas de 50,1%. Am-

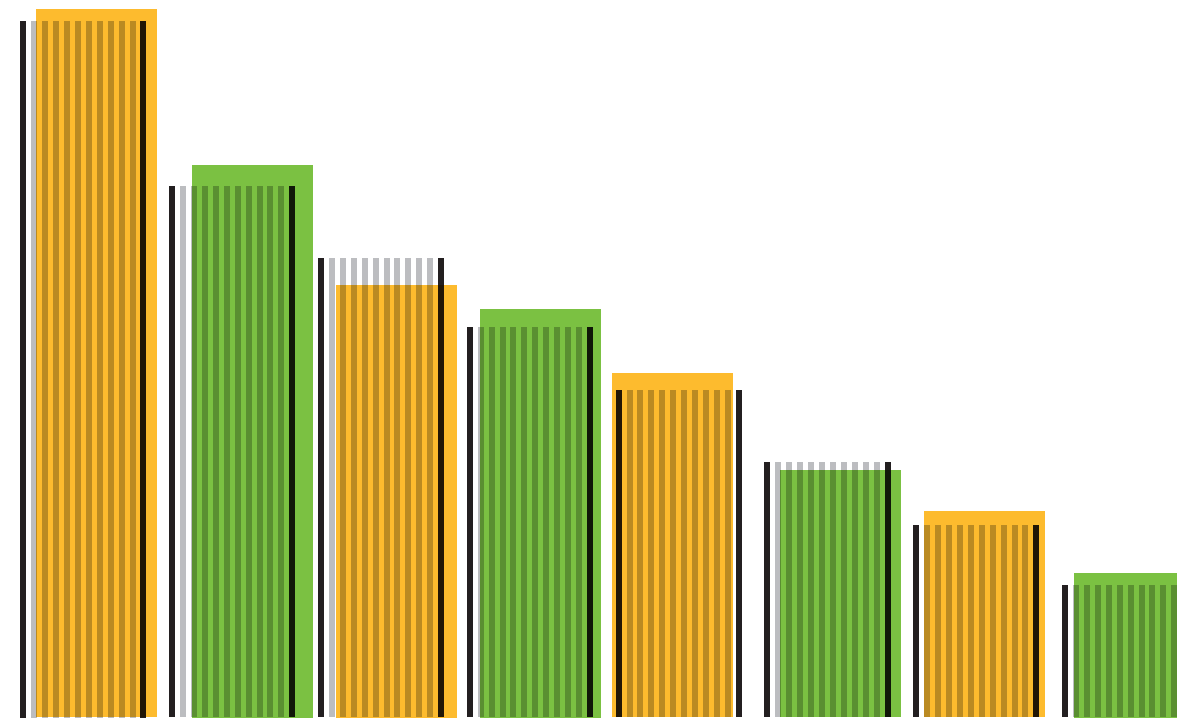
bas estão bem abaixo das taxas masculinas, que no mesmo ano eram de 89% e 72,6%, respectivamente. A baixa taxa de atividade das mulheres se explica pelo fato de o mercado de trabalho – público ou privado – ser pouco sensível às especificidades do curso de vida feminino. Nas carreiras femininas, muitas vezes a ascensão profissional não é linear. Mesmo que a realidade seja mais diversa, a dinâmica do mercado se mantém avessa às demandas da maternidade, persistindo na ideia do homem provedor. Em consequência, ainda nos tempos atuais, a mulher que se torna mãe pode levar mais tempo para percorrer o mesmo trajeto profissional de um homem.

A articulação entre trabalho e família constitui hoje o grande desafio social. Enquanto a jornada de trabalho feminino tem se aproximado gradualmente da masculina ao longo da última década, essa tendência não se observa em relação ao tempo dispendido com tarefas domésticas. As tensões e contradições da articulação de responsabilidades familiares e laborais femininas têm a ver, como dito anteriormente, com o modo como o mundo do trabalho se organiza, tratando esse desafio como um problema exclusivamente feminino. Pois a César o que é de César... Nesse sentido, políticas que visam à extensão da licença-paternidade são apenas o começo de uma tímida equiparação de direitos e responsabilidades. Certamente, operou-se uma revolução de costumes sem precedentes no último século, estando hoje as mulheres, de fato, em outro patamar em matéria de educação e trabalho. No entanto, essa revolução permanecerá inacabada enquanto não invadir a intimidade das casas, tornando mais equitativa a divisão de tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres. Políticas públicas e corporativas “amigáveis às famílias” – iniciativas que contemplam desde jornadas flexíveis de trabalho a creches, passando pela tolerância de faltas justificadas pela necessidade de acompanhar os filhos em situações de enfermidade ou vida escolar – são apontadas como um novo ideal a ser perseguido. Mas nada disso terá verdadeiramente eficácia enquanto não houver uma profunda mudança cultural de gênero, na qual homens e mulheres se sintam igualmente responsáveis pelo bem-estar familiar, em especial dos filhos. ●

*MARIA COLETA OLIVEIRA É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA DA UNICAMP E PESQUISADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO; JOICE MELO VIEIRA É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA DA UNICAMP E PESQUISADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO; E GLAUCIA MARCONDES É DOUTORA EM DEMOGRAFIA PELA UNICAMP E PESQUISADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO.

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE NO BRASIL

POR NAERCIO MENEZES FILHO E CHARLES KIRSCHBAUM*



O Brasil é notório por sua alta desigualdade social e baixo desempenho em termos educacionais. Nas últimas décadas, emergiu o consenso da "inaceitabilidade" da desigualdade, seja por suas consequências econômicas, seja pelo embasamento de justiça social. Nesse sentido, vários setores da sociedade identificaram a educação como prioritária para o combate à desigualdade.

Assim, a redução da desigualdade de renda tem se tornado um dos focos das preocupações governamentais. O programa Bolsa Família, por exemplo, reorganizou e expandiu várias políticas de transferência de renda preexistentes, de forma a articular a transferência de renda às condicionalidades de saúde e educação. Entretanto, estudos recentes mostram que, apesar de relevantes, os programas de transferência de renda não constituíram o fator mais importante da redução recente da desigualdade de renda no Brasil. Logo, justificase um olhar mais atento à evolução da oferta de trabalhadores qualificados na economia, na medida em que ela afeta o aumento de ren-

da que se obtém ao atingir níveis educacionais superiores. Os "diferenciais de salário por educação" são um dos determinantes centrais da desigualdade de renda gerada no mercado de trabalho.

O argumento geralmente utilizado para analisar a relação entre educação e distribuição de renda é bastante simples: os diferenciais de salários por educação no mercado de trabalho são resultado de uma "corrida" entre educação e tecnologia. A ideia é que, enquanto a educação aumenta a proporção de pessoas com habilidades para o mercado de trabalho, a tecnologia também pode elevar a procura por essas habilidades.

Assim, se a proporção de pessoas com mais educação aumenta a uma taxa superior ao crescimento da procura por essas pessoas, o diferencial de salário entre esses grupos deve diminuir, e vice-versa. Por exemplo, o progresso educacional acelerado ocorrido nos Estados Unidos na maior parte do século XX provocou uma redução dos diferenciais de salário associados à educação e, conseqüentemente, um declínio da desigualdade. No entanto, a partir dos anos 1980, a

desaceleração da educação observada naquele país, especialmente entre as minorias, combinada com a utilização intensiva de computadores nas empresas, fez que os diferenciais de salário aumentassem e a desigualdade atingisse níveis muito elevados.

No Brasil, a desigualdade caiu entre 2001 e 2010. O índice de Gini passou de 0,57 para 0,51, um declínio de 11%. Isso ocorreu depois de décadas em que a desigualdade de renda aumentava ou permanecia inalterada. Grande parte dessa queda da desigualdade pode ser associada ao aumento educacional da população brasileira e também às elevações no valor do salário mínimo.

Quanto à educação, os dados mostram que, na população economicamente ativa (PEA), a parcela com ensino primário incompleto (menos de três anos de estudo) passou de 75% em 1960 para cerca de 26% em 2010. Esse avanço foi significativo, apesar do ponto de partida em 1960 ser extremamente elevado em comparação com outros países com mesmo nível de desenvolvimento. Em contrapartida, a parcela da população com ginásio incompleto aumentou aceleradamente entre 1960 e 1980, estabilizou-se de 1980 a 1990 e declinou a partir de então, quando a maioria dos jovens avançou até o ensino fundamental completo.

A parcela da população com ensino fundamental completo cresceu até 2000, estabilizando-se a partir de então, quando a maior parte dos jovens brasileiros começou a permanecer na escola até o ensino médio. E a parcela de jovens com ensino médio completo apresentou um pequeno crescimento entre 1960 e 1970, cresceu um pouco mais rapidamente entre 1970 e 1990 e "decolou" a partir de 2000, tornando-se majoritária na população. Por fim, a parcela com ensino superior completo cresceu lentamente entre 1960 e 2000, acelerando somente na primeira década do novo século.

Vários fatores ajudam a explicar o aumento da escolaridade observado, tais como: transição demográfica acelerada por causa da redução da taxa de fertilidade entre 1960 e 1991; descentralização da gestão e recursos educacionais trazidos pela Constituição de 1988; o Fundef, estabelecido em 1998, que transferiu recursos de municípios ricos com poucos alunos para municípios pobres com muitos alunos; programas de transferência de renda (Bolsa Escola e Bolsa Família), que condicionam a entrega dos recursos à permanência dos alunos na escola; e os programas de progressão continuada (não repetência), introduzidos ao longo da década de 1990.

Consideradas em conjunto, essas tendências mostram um deslocamento da população dos estratos inferiores de educação para es-

tratos superiores e refletiram-se no comportamento do diferencial de salários, pois, da mesma forma que outros bens da economia, quando a oferta de educação é maior do que a demanda, o preço cai. Assim, a renda do grupo com primário completo (em relação ao com primário incompleto) vem declinando: passou de 70% em 1980 para apenas 12% em 2010. Já o diferencial em favor do grupo com ginásio completo era de 33% em 1980 e declinou para 17% em 2010. É interessante notar que o diferencial de rendimentos entre o grupo com ensino médio completo e aquele com fundamental completo aumentou a taxas modestas entre 1980 e 2000, mas diminuiu significativamente de 2000 a 2010, atingindo 37% justamente quando a oferta relativa desse grupo aumentou aceleradamente.

Parece claro que essa diminuição da desigualdade no mercado de trabalho deriva em parte do aumento da educação ao longo do tempo. Além disso, os aumentos do salário mínimo, que cresceu 70% em termos reais entre 2000 e 2010, contribuíram bastante para a redução da desigualdade de renda.

Por fim, a relação entre a renda do estrato com ensino superior completo e o com ensino médio completo sempre foi a mais elevada entre todos os diferenciais, refletindo o fato de que a pequena proporção de pessoas que tinha ensino superior (elite) ganhava salários muito maiores do que os demais grupos, o que contribuía fortemente para o aumento da desigualdade. Esse diferencial diminuiu um pouco entre 1980 e 1990, mas cresceu aceleradamente a partir de então, o que atenuou os efeitos da educação sobre a desigualdade. Esse aumento do diferencial de salários no período recente significa que a demanda relativa por esse grupo está se ampliando.

À guisa de conclusão, podemos dizer que o modelo de oferta e demanda por habilidades parece útil para analisar a evolução dos diferenciais de salários por educação e da desigualdade de renda no Brasil nos últimos cinquenta anos. Os resultados mostram que o aumento da oferta relativa de educação parece ter sido responsável por parte da redução dos diferenciais de salários associados à educação ao longo do período e conseqüentemente pela redução da desigualdade. ●

*NAERCIO MENEZES FILHO É PROFESSOR TITULAR (CÁTEDRA IFB) E COORDENADOR DO CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSUPER (INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA) E PROFESSOR ASSOCIADO DA FEA-USP; E CHARLES KIRSCHBAUM É PROFESSOR ASSISTENTE DO INSUPER E PESQUISADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE.

**EU QUERO UM BRASIL
SEM DESIGUALDADES**

JUNTE-SE A NÓS

OXFAM.ORG.BR

FACEBOOK.COM/OXFAMBRASIL

TWITTER.COM/OXFAMBRASIL

APOIE NOSSAS CAMPANHAS

ACT.OXFAM.ORG/BRASIL



OXFAM
Brasil